



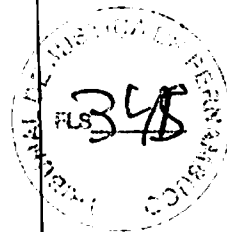
**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 297540-8**

**IMPETRANTE: WELLINGTON GUALBERTO DO NASCIMENTO**

**PACIENTE: ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES**

**AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL**

**RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MILTA MARIA PAES DE SÁ**

**EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRESSUPOSTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA.**

- A declaração de ameaça a testemunha em confronto com elementos dos autos indicativos de que o acusado pretende colaborar com instrução do processo torna inadequada a sua prisão preventiva, impondo-se, contudo, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

- Ordem concedida à unanimidade

**ACÓRDÃO**

ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conceder a ordem pleiteada, tudo consoante relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

12 de 08 de 2013

Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator



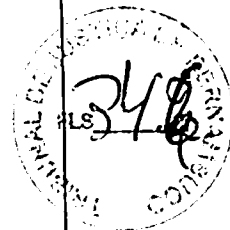
**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 297540-8**

**IMPETRANTE: WELLINGTON GUALBERTO DO NASCIMENTO**

**PACIENTE: ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES**

**AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL**

**RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MILTA MARIA PAES DE SÁ**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Habeas Corpus Liberatório impetrado por Wellington Gualberto do Nascimento, em favor do paciente **ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES**, apontando-se como autoridade coatora o Juiz de Direito da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Os autos trazem a informação de que o paciente, denunciado por homicídio qualificado ocorrido em 07/08/2010, teve sua prisão preventiva decretada em 18 de janeiro do ano em curso, por força de decisão proferida pela autoridade coatora, com fundamento na conveniência da instrução criminal.

O impetrante alega restar caracterizado nos autos o constrangimento ilegal, por não ser o paciente o autor da conduta criminoça indicada na denúncia. Afirmar, ainda, serem inverídicas as declarações prestadas pela genitora de uma das testemunhas – que resultou no decreto da custódia preventiva – não podendo subsistir o fundamento de conveniência da instrução criminal, sobretudo por se tratar de testemunha irrelevante. Por fim, sustenta que as condições pessoais do acusado, destacando-se a ausência de maus antecedentes, corroboram a natureza ilegal da custódia.

Às fls. 330/331 foi indeferida a liminar pleiteada, cabendo destacar que não foram solicitadas informações à autoridade coatora, por serem suficientes à apreciação do pedido os documentos que o instruíram.

A Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls.336/341).

É o relatório.

Recife, 12 de 03 de 2013

**Leopoldo de Arruda Raposo**  
**Desembargador Relator**



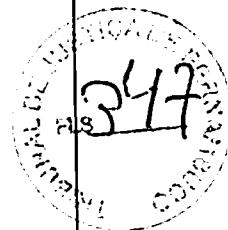
**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 297540-8**

**IMPETRANTE: WELLINGTON GUALBERTO DO NASCIMENTO**

**PACIENTE: ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES**

**AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL**

**RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: MILTA MARIA PAES DE SÁ**

**VOTO**

O paciente, Anderson André Pereira Mendes, foi denunciado por homicídio qualificado por ter "auxiliado diretamente na execução do crime, agredindo a vítima, antes dos disparos efetuados por Marconi Lopes de Oliveira", também denunciado na peça acusatória.

O crime se deu em agosto de 2010 nas proximidades do Marco Zero, nesta Capital, e desde então o acusado esteve respondendo ao processo em liberdade.

Ocorre que em 18 de janeiro do ano corrente, o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do paciente, considerando as declarações prestadas pela Sra. Maria Clarice dos Santos, genitora de uma das testemunhas arroladas pela acusação. Segue trecho das declarações:

"Que a declarante procurou o Ministério Público na data de hoje, externando o seu medo e temor, posto que a testemunha Carlos José Soares da Silva, filho da mesma e testemunha arrolada nos autos do processo acima numerado; que a declarante e sua família também vem recebendo ameaça de morte da pessoa dos acusados Marconi Lopes de Oliveira e Anderson André Pereira Mendes; que na semana passada, Marconi telefonou de dentro do presídio para um colega dele, que a declarante não sabe dizer o nome, tendo esta pessoa relatado para uma terceira pessoa, que chegou para a declarante e lhe transferiu o recado de Marconi, dizendo-lhe que se Carlos José viesse depor em audiência de instrução e julgamento marcado para o dia 21/01/2013 às 13hs, ele, Marconi e Anderson matariam a testemunha Carlos José e toda a família da declarante (...)"



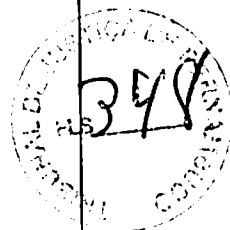
## Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230



Pois bem. No que concerne a tese de negativa de autoria, cuido não se tratar o Habeas Corpus da via adequada à sua apreciação, tendo em vista o seu rito procedimental não admitir dilação probatória.

Entretanto, a respeito da conveniência da instrução criminal, analisando conjuntamente os elementos dos autos, não vislumbro a presença do mencionado requisito. Isso porque, o acusado estava em liberdade até a decretação da preventiva, sem que tenha havido qualquer notícia de conduta atentatória à instrução criminal. Vale destacar que já foram ouvidas judicialmente quatro testemunhas da acusação. Verifica-se, ainda, que à fl. 178, o paciente compareceu em juízo para indicar a sua mudança de endereço, o que demonstra efetivamente a sua intenção em colaborar com a justiça.

Nesse contexto, deve-se levar em consideração o fato de não haver registros de antecedentes criminais em nome do acusado, bem como ter residência fixa e profissão definida, destacando-se que conforme o documento de fl. 279 e 282, o paciente até o decreto prisional estava no exercício regular de atividade profissional.

Esclareço que, de modo algum, deve-se entender como ignoradas as declarações prestadas pela Sra. Maria Clarice dos Santos, mas o fato é que o confronto de suas declarações com as peculiaridades que se apresentam no processo, em princípio, não indicam a prisão preventiva como medida mais adequada. As ameaças, ainda que tenha existido, talvez não possam ser atribuídas ao acusado Anderson André Pereira Mendes. Como mesmo constou na declaração, o autor da ameaça não foi o paciente, mas o acusado Marconi Lopes de Oliveira que teria se comunicado do presídio através de aparelho celular. Também deve se levar em consideração que a forma como chegou a suposta ameaça à declarante - por meio de consecutivos interlocutores - pode ter dado ensejo a desencontro de informações que terminaram por prejudicar o paciente.

Portanto, imbuído do espírito do legislador pátrio no sentido de considerar a prisão como *ultima ratio*, isto é, necessária apenas quando evidenciada a ineficácia de outros meios menos drásticos, entendo que, no caso, **deve ser concedida ao paciente a liberdade provisória, sem fiança, com a imposição de medidas cautelares diversas da prisão preventiva**, como bem dispõe o atual art. 321 do CPP:

Art. 321. Ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas



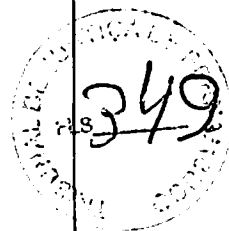
## Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Quanto às medidas cautelares a serem impostas no caso, é importante ter em mente que, de acordo com o art. 282 do CPP (cuja redação também foi ofertada pela Lei nº 12.403/11), as cautelares devem ser aplicadas observando-se: 1) a necessidade para aplicação da lei penal, para investigação ou a instrução criminal e para evitar a prática de infrações penais; 2) a adequação da medida à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

Assim, dentre as medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, entendo que, na espécie, faz-se pertinente aplicar as seguintes medidas:

- a) Comparecimento periódico em juízo, mensalmente, para informar e justificar as atividades laborativas e/ou educacionais;
- b) Proibição de acesso ou frequência aos endereços residencial e profissional das testemunhas arroladas pela acusação e também de seus familiares;
- c) Proibição de manter qualquer modo de contato com as referidas pessoas, mantendo-se a uma distância mínima de 100 (cem) metros.

Diante de tais considerações, voto pela CONCESSÃO DA ORDEM para outorgar ao paciente ANDERSON ANDRÉ PEREIRA MENDES a liberdade provisória, sem fiança, impondo, por outro lado, as medidas cautelares previstas no art. 319, I e IV do Código de Processo Penal.

Expeça-se o competente Alvará de Soltura (restrito ao processo nº 0042726-89.2010.8.17.0001) em favor do paciente, devendo o mesmo comparecer no primeiro dia útil após sua soltura no Juízo a quo, a fim de prestar termo de compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de nova custódia, e, ainda, para que sejam tomadas as providências cabíveis quanto ao implemento das cautelares aplicadas.

Por fim, ressalto que as medidas cautelares impostas funcionarão como uma espécie de "período de prova preventivo" durante o processo. O descumprimento de obrigações impostas renderá ensejo ao decreto prisional, nos termos dos arts. 282, §4º, e 312, parágrafo único, ambos do CPP.



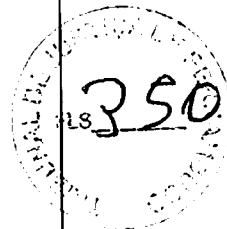
**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



Oficie-se o Juízo singular, comunicando-lhes o teor da decisão em comento.

Destaco que, advindo fatos novos, nada impede que o Juízo a quo decrete nova custódia do paciente, desde que fundamentadamente.

É como voto.

Recife,

12 de 03 de 2013

Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator